

Imigração: o fenômeno, o imigrante, o estrangeiro e o refugiado

A imigração como fenômeno histórico

Os deslocamentos humanos no espaço são tão antigos quanto a própria história do homem. Para sistematizar o entendimento desse processo, Massey (1990) divide em quatro períodos a história moderna das migrações internacionais.

O primeiro, de 1500 a 1800, é o que se desdobra no âmbito da corrida colonial-mercantilista, constituindo um modelo de migração mundial dominado pela Europa.

“Durante um período de aproximadamente 300 anos, os europeus colonizaram grandes porções do Novo Mundo, da África, da Ásia. Embora o número exato de imigrantes europeus seja desconhecido, o fluxo foi suficiente para o estabelecimento do domínio colonial sobre grande parte do mundo”¹

O segundo período da imigração abrange o século XIX, em pleno processo de independência política de várias colônias europeias e de industrialização do velho continente. Ainda segundo Massey (2000), foi inevitável que

“na densamente povoada Europa, esta revolução deslocou grande número de pessoas de suas terras de origem para regiões de fronteira, nos Estados Unidos, na Argentina ou no oeste paulista, onde foram criadas condições de alta demanda de trabalho.”²

O terceiro período, entre 1900 e 1915, foi o que poderia ser entendido como um prolongamento dos anteriores com, segundo Mialhe (2003), uma

¹ MIALHE, Jorge Luís in *Políticas Migratórias*, pag. 210

² MASSEY, D. in *Políticas Migratórias*, pag. 211

massiva migração internacional, notadamente de pessoas de países industrializados da Europa para as várias colônias e ex-colônias em desenvolvimento:

*“O fluxo e refluxo no volume da emigração europeia coincidiu com os ciclos de expansão e recessão econômicos e com a propagação do capitalismo industrial para além do continente europeu. (...) Este período de larga escala de migração internacional da Europa encerrou-se com a erupção da Primeira Guerra Mundial. Tal acontecimento provocou um grande arrefecimento da imigração europeia e acompanhou, nas quatro décadas seguintes, uma limitação do movimento migratório internacional.”*³

O último período masseyano da história das migrações internacionais começou por volta de 1950 e representou um rompimento com o passado. Se até então não houvera qualquer ruptura com o modelo de transferência de pessoas entre países, a partir de 1950, a imigração tornou-se, verdadeiramente, um fenômeno global, *“com a multiplicação do número e da variedade de nações de imigrantes e emigrantes”* (MIALHE, 2003: 213). A massiva movimentação transatlântica causada pela industrialização da Europa e pelo desenvolvimento do Novo Mundo deu lugar a uma nova forma de imigração: a do Terceiro Mundo – ou dos países em desenvolvimento – para os países desenvolvidos da Europa, América do Norte, Pacífico Sul e alguns ricos produtores de petróleo do Oriente Médio. A movimentação outrora transatlântica passa a ser entre fronteiras vizinhas. É com essa massificação dos fluxos migratórios, principalmente a partir dos anos de 1950, que o tema da imigração internacional assume relevância como estudo das diversas ciências.⁴

Um marco na historização das migrações internacionais foram os acontecimentos sócio- político- econômicos ocorridos no cenário mundial a partir de 1973 – que inauguraram a chamada “era da globalização”. A década de 70 foi marcada por crises globais de enorme repercussão: crise do petróleo, crise do Estado de bem- estar e crise do socialismo (AMADOR, 2006:56).

³ MIALHE, Jorge Luís. *Imigração e dupla nacionalidade: aspectos histórico- jurídicos*. In Políticas Migratórias, pag.211

⁴ UNITED NATIONS, *International Migration Policies*. New York, 1998

Com a nova configuração política (a derrocada socialista e, nas décadas de 80 e 90, o fim da Guerra Fria) e econômica (mundialização e financeirização do capital que dava os primeiros contornos do que viria a ser entendida mais tarde como globalização), questões como alterações nos fluxos migratórios, formas de migração, políticas de controle de fronteiras, oportunidades de trabalho (reais ou imaginadas) em países desenvolvidos, discrepância na remuneração do trabalho dos países periféricos comparada à dos países centrais – são pautas da nova agenda.

Em estudo sobre o cenário atual, Canclini (2007) aponta para uma dicotomia entre a internacionalização da economia e a globalização. Segundo ele, estes seriam dois conceitos normativamente diferentes, sendo a internacionalização da economia uma espécie de abertura de fronteiras geográficas para trocas de bens materiais e simbólicos. A globalização, por sua vez, supõe uma interação funcional de atividades econômicas e culturais dispersas, bens e serviços gerados por um sistema multilateral, no qual é mais importante a velocidade com que se percorre o mundo do que as posições geográficas a partir das quais se está agindo.

Este processo de globalização, para o autor, um conjunto de estratégias para realizar a hegemonia de conglomerados industriais, corporações financeiras, com o intuito de apropriar-se dos recursos naturais e culturais, do trabalho, do ócio e do dinheiro dos países pobres, subordinados à exploração concentrada com que esses atores reordenaram o mundo na segunda metade do século XX.

Apesar da abrangência e profundidade deste processo, este não é apreendido igualmente por todos os membros da sociedade. Esses múltiplos imaginários resultam do acesso desigual à economia e cultura globais. A globalização, assim, torna-se “*imaginada*”, com o fato de que o que as pessoas têm como idéia do que ocorre pelo mundo está em um campo imaginário, já que

nunca conhecerão de fato o que realmente existe e acontece fora das suas fronteiras⁵.

Se a globalização integra e inclui desigualmente os países ou beneficia setores minoritários destes, para a maioria ela não passa de uma promessa, uma fantasia. A tais grupos cabe imaginar a globalização.

Neste raciocínio, as políticas culturais são políticas realizadas sobre os imaginários. A contradição desta questão é que a expansão global dos imaginários incorpora-se ao horizonte cultural dos povos, permitindo que se dilua a estranheza que havia pelo diferente em décadas passadas.

O processo de globalização para Canclini (2007) pode ser resumido como uma passagem das identidades modernas a outras, em novo paradigma. As identidades modernas eram territoriais e quase sempre monolinguísticas e marcadas por relativa homogeneização cultural, com forte presença da Nação como elemento de organização estatal.

Ao contrário, as identidades pós- modernas ou pós- coloniais, são transterritoriais, multilinguísticas e multiculturais. Estão estruturadas menos por sua organização estatal que pela lógica dos mercados; baseiam-se nas comunicações orais e escritas propiciadas pelas redes de comunicação e informação tecnológicas.

O autor ressalta, de maneira bastante interessante, que independente dos entendimentos que se tem sobre a globalização, não se pode enfatizar que haja uma opção central entre defender a identidade ou globalizar-se, já que o caminho apontado não é o de uma revisão de questões identitárias isoladas, mas sim aquele que permite encarar a heterogeneidade de identidades.

⁵ Segundo, Sloterdijk (2006), somente em 1/3 da população mundial teria acesso à globalização real com suas premissas de um passaporte que garante acesso irrestrito a qualquer parte do planeta, cartão de crédito que dê acesso a bens de consumo e culturais mundialmente produzidos ou bens simbólicos proporcionados pelas trocas que contatos culturais permitem. Os outros 2/3 da população estariam alijados do processo real, cabendo-lhes somente a « globalização imaginada » a que Canclini (2007) se refere.

Um grande problema que permeia a discussão, segundo Canclini (2007), é que muitos tomam a globalização como um paradigma. O autor refuta essa idéia com a afirmação de que a globalização não é um paradigma científico, econômico, político ou cultural uma vez que não oferece normatividade para um conjunto de saberes.

A dificuldade, nesse caso, reside no fato de que o próprio processo de globalização se realiza através de movimentos homogeneizantes e fragmentadores, que reordenam as diferenças e as desigualdades, mas em suprimi-las.

A globalização também não pode ser entendida como um ente que atua segundo regras próprias, pois existem atores protagonistas que escolhem, tomam decisões e provocam efeitos fazendo com que este fenômeno deixe de ser um jogo anônimo. Isso fica mais claro no campo da cultura, onde a reorganização do mercado da arte através de agentes promotores conhecidos não é apenas resultado de um processo econômico, mas de uma articulação global dos dispositivos mercadológicos, editoriais e acadêmicos que direcionam os critérios estéticos, o prestígio dos artistas e dos especialistas em artes. Esta articulação, segundo o autor, combina o global com o local, processo chamado por ele de *glocalis*.

Neste novo panorama, há uma tendência das instituições culturais em participar da industrialização da cultura que, de acordo com Canclini (2007), não aponta para um movimento simples de mercantilização e padronização integral de seus conteúdos. Apesar do processo de globalização promover uma unificação e homogeneização das sociedades, os mercados financeiros e da produção industrial, o mesmo não se pode afirmar sobre as análises dos intercâmbios culturais.

Neste contexto de múltiplas realidades e paradoxos, no campo da globalização sedimenta-se um aspecto que merece reflexão tanto quanto o livre comércio, financeirização e movimentos culturais: a imigração internacional indissociada do processo de transnacionalismo através do qual, com o deslocamento da força de trabalho, seria possível corrigir as disparidades entre

países ricos e pobres (AMADOR, 2006). Essa possibilidade enquanto oportunidade seria o vetor de transformação da globalização imaginada para a globalização real.

A imigração como fenômeno sociológico

Segundo Bourdieu, no prefácio de “Imigração” (1991, 11), pode-se dizer que o imigrante é o grande tema da sociabilidade contemporânea, operando, no limite, como metáfora do deslocamento do sujeito universal.

“Como Sócrates, o imigrante é o atópos, sem lugar, deslocado, inclassificável (...). Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o ‘imigrante’ situa-se nesse lugar ‘bastardo’ de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não-ser social. Deslocado, no sentido de incongruente e de importuno, ele suscita o embaraço; e a dificuldade que se experimenta em pensá-lo – até na ciência, que muitas vezes adota, sem sabê-lo, os pressupostos ou as omissões da visão oficial – apenas reproduz o embaraço que sua inexistência incômoda cria. Incômodo em todo lugar e que doravante tanto em sua sociedade de origem quanto em sua sociedade receptora, ele obriga a repensar completamente a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre o Estado e a Nação ou a nacionalidade. Presença ausente, ele nos obriga a questionar não só as reações de rejeição, que ao considerar o Estado com uma expressão da Nação, justificam-se pretendendo fundar a cidadania na comunidade de língua e

de cultura (quando não de raça), como também a ‘generosidade’ assimilacionista que, confiante em que o Estado, armado com uma educação, saberá produzir a Nação, poderia dissimular um chauvinismo do universal. Entre as mãos de semelhante analista, o ‘imigrante’ funciona, como podemos notar, como um extraordinário analista das regiões mais obscuras do inconsciente.”

O imigrante pode ser interpretado sob dois vieses: o objetivo e o subjetivo. O paradigma objetivo inscreve os deslocamentos como fator estrutural, já que para muitas análises é o processo de acumulação do capital com conseqüente possibilidade de melhorias sociais o grande propulsor dos fluxos migratórios. Por outro lado, pelo panorama subjetivo, as circunstâncias deflagradoras do movimento não estão circunscritas às motivações econômicas – há motivos outros que dizem respeito à trajetória pessoal e o modo de articulação do migrante com o movimento do mundo e dos lugares (BECKER, 1997; FERREIRA, 2007).

Na perspectiva subjetiva, o imigrante não é tão somente uma “mão-de-obra” barata. É um indivíduo em “suspensão” cuja identidade e identificação estão postas em dualidade com a identidade e identificação próprias do grupo onde se encontra, embora não esteja, necessariamente, inserido.

O grande desafio do imigrante, estrangeiro ou refugiado é a superação das diferenças culturais encontradas no país de acolhimento. As experiências interculturais nestes casos, conforme Mamman e Richards (1996), começam no encontro com o “outro” e evoluem para o encontro com o “eu”. Portanto, estudos referentes ao ajustamento e inserção de imigrantes em outras comunidades tendem a focalizar os aspectos culturais desses sujeitos e a construção/reconstrução de sua nova identidade – processo imprescindível à socialização (CASTELLS, 2002).

Da interação imigrante/sociedade de acolhimento é que emerge a identidade social do indivíduo que é distinta do papel social que este eventualmente exerça. Para Castells (2002), existe uma contradição entre a identidade social que é conferida pelo sentimento pessoal de pertença a um

determinado grupo, o “eu”, e o papel social que é exercido nas diferentes situações cotidianas e que depende de acordos e negociações entre indivíduos para influenciar o comportamento das pessoas. Neste caso, um homem, negro, hispânico, engenheiro, católico, imigrante em algum país da Ásia, na reunião de pais no colégio, assume o papel de “pai” que, neste exemplo, não tem nenhuma relação com suas identidades pessoais, religiosas, culturais, profissionais.

Nos níveis individual e social, as discussões acerca dos movimentos migratórios definem a identidade do imigrante como relacional, sendo o produto da experiência vivida e das coisas da vida cotidiana que as pessoas têm em comum e que afirmam diferenças com sua identidade (MARASCHI, 2006). O processo de construção/reconstrução da identidade de imigrantes, nos referidos níveis, considera a inexistência, no país de acolhimento, de uma comunidade natural, em torno da qual possam reunir pessoas que constituem um determinado grupamento nacional. (CASTLES; MILLER, 1998)

Benedict (2005) afirma que essas comunidades funcionam, em grande parte, por meio daquilo que chamou de “comunidades imaginadas”. São essas estruturas que permitem criar laços imaginários através da conexão das pessoas: sem eles, seriam apenas indivíduos isolados, desprovidos do sentimento de algo em comum, de pertencimento.

Nesse sentido, ao se investigar a identidade de imigrantes nos níveis individual e social, torna-se necessário verificar como se inserem no “circuito da cultura”, e como sua identidade e respectivas diferenças relacionam-se com as representações de sua nova realidade (HALL, 1997).

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas, fazendo com que os discursos e os novos significados construam um novo ambiente para o imigrante e definam sua identidade (HALL, 1997). Para Woodward (2005), a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível a opção, entre várias identidades, por uma caracterização subjetiva de identificação. O autor argumenta que os indivíduos são pressionados não apenas pela gama de possibilidades que a cultura

oferece ou pela variedade de representações simbólicas, mas também pelas relações sociais.

Castles e Miller (1998) colocam, ainda, que as recordações do passado e as experiências do presente exercem um importante papel na formação da identidade dos imigrantes. Segundo os autores, as pessoas criam sua identidade fazendo um auto-relato, que envolve os níveis individual, social e estrutural. Este ato não se restringe somente a recordar o passado, mas em também recriá-lo, numa tentativa de descobrir um “eu” que possa ser socialmente reconhecido. Quando as pessoas narram acontecimentos de sua vida, não somente representam o “eu”, mas também o constituem. A constituição de um “eu” com base na narrativa do indivíduo considera também o tempo presente, o qual é tomado em comparação para justificar e reconhecer a identidade em questão.

Estudos recentes sobre imigração têm mostrado que a convivência transnacional faz com que os imigrantes reorganizem valores e práticas tradicionais do país de origem, em função de sua socialização no país de acolhimento (SOARES, 2003; MARTES, 2003). Alguns cientistas sociais reconhecem que relativamente poucos imigrantes internacionais renunciam inteiramente à cultura e à sociedade de suas nações de origem e, desse modo, formam identidades que incluem normas da sociedade de origem e também do ambiente de acolhimento. (SOARES, 2003)

À medida que esse processo de identificação pessoal ou grupal chega a estar mais condicionado pela sociedade de escolha do que pela fonte originária dessas mesmas identidades, estas passam a se tornar identidades sociais (ORTIZ, 1985). Segundo Berger e Luckman (2004), a importância do processo de identificação social está na reflexão de como as identidades se formam e como são assumidas por indivíduos e grupos em diferentes situações concretas.

Glick- Schiler; Basch e Blanck (1993), citados por Fleischer (2001), comentam que o importante a ressaltar em relação à formação de identidades é como os indivíduos (re)criam a nacionalidade, tendo esta uma essência multifacetada. E, no caso específico dos imigrantes, se a diversidade cultural

percebida por eles entre o país de origem e o país de acolhimento for desenvolvida de forma adequada, pode-se produzir uma combinação de culturas que lhes permita transitarem com facilidade e eficiência entre os dois países. As autoras, em suas pesquisas com imigrantes transnacionais, descobriram que as experiências de vida de seus entrevistados não estavam nitidamente segmentadas na sociedade anfitriã e na original, o que tornava difícil identificar a qual sociedade pertenciam. As autoras destacam ainda que os valores do país de origem e do de destino ora se excluem ora se substituem, pois passam a ser parte de uma única experiência social, com identidade própria. Aqui se encaixa a colocação de Santos (1993, p.92): “*os indivíduos não têm identidade local, nacional ou global, mas um conjunto de identidades*”.

No tocante ao aspecto sociológico das migrações forçadas relativas à (re)construção ou (re)afirmação das identidades, Malkki (1995, p. 495-523), citando seu trabalho de campo em Mishamia na Tanzânia onde estudou um campo de refugiados com 35000 pessoas, argumenta que encontrou no próprio discurso dos moradores do acampamento, indícios da existência de uma “cultura de refugiados” que seria responsável pela reafirmação da exterioridade do refugiado em relação ao país de recepção. Um exemplo sintomático é um relato onde uma pessoa dizia que ela era refugiada, seu filho também seria e assim por diante, até que voltassem ao país de origem.

Desse estudo, pode-se inferir que, no caso de imigrantes forçados, a identidade é conferida pela *condição* de refugiado – acima de qualquer outra condição sociológica.

i) O imigrante como estrangeiro

A categoria imigrante é ampla e sujeita a interpretações distintas. Ao referir-se a alguém como “imigrante” pode-se estar incorrendo na reprodução de discursos estabelecidos para categorizar a dicotomia “eu”/“ele”.

As lógicas de diferenciação parecem operar de forma específica quando os “outros” são apresentados como “estrangeiros”. Para Almeida (2007), a distinção não está construída de forma igual e nem com os mesmos mecanismos pelos diferentes discursos das sociedades de acolhimento. Estes “estrangeiros” não aceitos podem ser identificados como pessoas distintas pela cultura o que as tornam “*atrasadas e não dignas de confiança*”.

Segundo esta autora, pela lógica nacionalista, há uma naturalização do Estado, que e passa a ser a expressão de uma realidade “essencial” (a nação/nacionalidade) a ser defendida. O “normal” seria cada população residir no seu Estado- nação. Por este raciocínio, as migrações internacionais introduzem uma anomalia naquela ordem. Assim, surgem os discursos enfatizando que a prioridade para alocação de recursos deveria ser para os autóctones, os nacionais. Para tanto, há a delimitação do que é “estrangeiro”.

Na lógica culturalista, o discurso se apóia, pelo menos, em uma razão básica: as culturas são universos imutáveis. Diante disso, as culturas seriam mutuamente incompatíveis quando resultassem em uma segregação absoluta, ou seja, a impossibilidade de intercâmbio. Nesses casos, o “outro” seria portador de atraso, tradicionalismo e “fechado”. Estes discursos são construídos em função das ressignificações que são feitas do imigrante. (SAID,2003)

A condição de ser um imigrante tem implicações culturais e identitárias pela lógica bourdiana: o imigrante pode estar neste lugar onde não é nem cidadão nem estrangeiro; ocupa a fronteira entre o ser e o não- ser social. É ele quem obriga a repensar a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre Estado e nação ou nacionalidade.

Alguns autores como Canclini (2007) têm definido o imigrante como portador de um biculturalismo ou de uma identidade fragmentada. Reforça este entendimento de ambigüidade cultural a discussão suscitada por Bhabha (1998)

sobre o conceito de cultura considerando o imigrante um ser híbrido, transnacional e tradutório. Argumenta que este conceito estaria ligado à questão de sobrevivência quando os deslocamentos põem em choque as diferenças culturais. Assim, o hibridismo vem enfatizar que *“as culturas são construções e tradições são invenções e quando em contato criam novas construções desterritorializadas”*. (BHABHA, 1998:126; ALMEIDA, 2007)

Mas afinal, as condições de “imigrante” e “estrangeiro” são mesmo distintas, já que não são raros estudos sobre o fenômeno migratório tratar com indistinção os dois termos? Em alguns casos, por exemplo, usa-se um termo pelo outro como sinônimo. Segundo Sayad (1991: 243):

“Um estrangeiro, segundo a definição do termo, é estrangeiro, claro até as fronteiras, mas também depois que passou as fronteiras; continua sendo estrangeiro enquanto puder permanecer no país. Um imigrante é estrangeiro, claro, até as fronteiras; mas apenas até as fronteiras. Depois que passou a fronteira, deixa de ser um estrangeiro comum para se tornar um imigrante. Se ‘estrangeiro’ é a definição jurídica de um estatuto, ‘imigrante’ é antes de tudo uma condição social. (...) Mas, para além do critério social que faz do estrangeiro um imigrante, existem apenas, até as fronteiras e apenas para a linguagem oficial que é a linguagem do direito, estrangeiros (de direito) e todo imigrante é, de direito, um estrangeiro; é assim que começa, aliás, todo o itinerário do imigrante. Portanto, não é à toa que toda legislação relativa à entrada em território nacional é na verdade e necessariamente uma legislação que, sem dizê-lo explicitamente, é também relativa – quando não exclusivamente - à imigração; e inversamente, toda legislação relativa à imigração deve primeiro tratar da admissão de estrangeiros em território nacional.”

O indivíduo, quando gozando do estatuto de “estrangeiro” – por estar fora das fronteiras do seu Estado original –, demanda do Estado em que se encontra uma série de condições jurídicas, sociais, civis e até econômicas para que se tornem visíveis. Ou seja, na medida em que o estrangeiro vai se tornando um imigrante, pela continuidade de seu contato com a sociedade que escolheu, ele se tornará mais visível quanto maiores forem suas demandas, culminando,

inevitavelmente, no que se costuma classificar como “*problemas da imigração*” (SAYAD, 1991: 14).

“E na medida em que os contatos do imigrante com a sociedade que o agrega a si se prolongam, se ampliam e se intensificam, ou seja, na medida em que o imigrante sai da esfera em que o restringem tradicionalmente o estatuto e a condição que lhe são atribuídos na medida em que vai ganhando novos espaços (alguns deles inéditos, como o espaço político) todo o fenômeno da imigração ganha em extensão e em compreensão. (...) Está no estatuto do imigrante (estatuto ao mesmo tempo social, jurídico, político e, também, científico), e, por conseguinte, na própria natureza da imigração, só poderem ser nomeados, só poderem ser captados e tratados através dos diferentes problemas a que se encontram associados – problemas que se devem entender aqui no sentido de dificuldades, distúrbios, danos etc, mais do que no sentido de problemática constituída de forma crítica em relação a um objeto que cria necessariamente um problema e que, característica esta que lhe é própria, existe apenas, no limite, graças aos problemas que coloca para a sociedade. Sem dúvida, a problemática verdadeira e apropriada a este setor deveria começar por se dar como primeiro problema, como problema prévio, o fato de que se trata de um objeto que cria um problema.”

Não são raras as sociedades em que os estrangeiros são tratados como “cidadãos de segunda classe”. Contudo, mesmo nas sociedades tidas como mais democráticas, os estrangeiros não são cidadãos autóctones, originais, estando sujeitos, juridicamente, a ordenações distintas. Essas ordenações paralelas reforçam a barreira que existe entre as duas categorias de indivíduos na sociedade – mesmo nas mais igualitárias. Se, conforme Sayad (1991, 243), “*estrangeiro é uma definição jurídica de ‘um estatuto’ – refere-se àquele que está apenas de passagem; ‘imigrante’ é antes de tudo uma condição social*” – aquele que se instalou, mesmo que provisoriamente. A distinção entre essas duas entidades é fundamental no estudo relativo à imigração: todo imigrante é estrangeiro, mas nem todo estrangeiro é imigrante.

Ora, “estrangeiro” e “imigrante” são duas expressões distintas de um mesmo fato: a presença de um forasteiro além das fronteiras de seu país que, para Bourdieu (In Sayad, 1998:11) constitui um “fato social completo”:

“(...) a imigração é um ‘fato social completo’; única característica aliás, em que há concordância na comunidade científica. E, a este título, todo o itinerário do imigrante é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico, um itinerário que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas, história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia e psicologia social e até mesmo das ciências cognitivas, antropologia em suas diversas formas (social, cultural, política, econômica, jurídica etc), lingüística e sociolingüística, ciência política etc. Por certo a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico. (...) ‘Fato social total’, é verdade: falar da imigração é falar da sociedade como um todo, falar dela em sua dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica (...), e também em sua extensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes da sociedade e de seu funcionamento. (...) De fato, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante ‘nasce’ nesse dia para a sociedade que assim o designa.”

ii) O imigrante como refugiado

O cenário internacional contemporâneo viu reacenderem-se conflitos antes contidos pela vigência da chamada Guerra Fria. Desde então, guerras como as de Kosovo, Afeganistão, Iraque e mais a instabilidade política de algumas regiões têm sido causas da intensificação de deslocamentos espaciais de enormes contingentes.

Assim, outra categoria de imigrante cuja trajetória não está diretamente relacionada a expectativas de enriquecimento ou de melhoria das condições de vida, mas à própria sobrevivência, tem emergido. Esse “novo” imigrante difere do tipo tradicional porque se vê obrigado a imigrar. Entre eles, os asilados e os refugiados.

O refúgio, por exemplo, não é um fenômeno recente embora tenha tido um recrudescimento nos últimos anos por razões diversas, sendo a principal delas a instabilidade sócio- política em alguns países, o que gera perseguições de várias

matizes e desrespeito aos estatutos dos Direitos Humanos. Refugiados são, por sua especificidade, figuras paradoxais:

“Etimologicamente, a termo refugiado, em inglês, deriva de réfugie - termo francês em uso na França desde o período medieval (...). Historicamente, o termo refugiado em inglês, surgiu até de certa maneira abrupta para referir a um evento específico de deslocamento, o afastamento e fuga [de pessoas] (...). Refugiados são apenas indivíduos. Movem-se nos interstícios do que Liisa Malkki (1992) chama de "ordem nacional de coisas", afetando a sua disposição habitual e suas configurações de inúmeras maneiras. Concomitantemente, os refugiados são cada vez mais fontes e agentes de mudança e transformação na política local e global. Sua subjetividade parece ser paradoxal. Por um lado, é definido por sua capacidade de efetuar mudanças nos locais de governança. Por outro lado, é interpretado por relações de desigualdade que se manifesta através da vulnerabilidade do cenário contemporâneo, que é desfavorável a seus movimentos.”⁶ [tradução minha]

A configuração geopolítica do mundo pós-Segunda Guerra, com suas múltiplas fontes de insegurança política e civil, demanda ações tão específicas que a Organização das Nações Unidas - ONU - criou uma agência para cuidar exclusivamente do assunto: o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR.

Diferentemente da condição do imigrante que, para retornar ao seu país, basta uma deliberação pessoal que independe da conjuntura do seu país de origem, o caso do refugiado é bem mais complexo. Para retornar ao país de origem é imperativo que as condições que resultaram no refúgio tenham cessado – é a chamada “repatriação voluntária”. O retorno pode ser discricionário do próprio refugiado ou do ACNUR. Entretanto, quando a decisão é voluntária, nem sempre as condições dos países de origem são as propícias para o processo de retorno. Alguns estudos da ONU sobre o assunto relatam esses movimentos nas últimas décadas:

"Os anos 1990 foram designados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados como a década de repatriamento voluntário. Embora

⁶ SOGUK, Nevzat. *States and Strangers. Refugees and Displacements of Statecraft*. London, 1999, p.27

considerado como a solução preferida para o problema dos refugiados, o repatriamento bem sucedido só pode ocorrer em um contexto de paz e estabilidade. Infelizmente, os movimentos de repatriamento em curso muitas vezes não acontecem em condições ideais no país de origem. Isso cria sérios problemas no que diz respeito à proteção dos refugiados. A maioria dos refugiados que retornaram voluntariamente ao Afeganistão, Angola, Camboja, Moçambique e Somália no início de 1990 voltaram para casa em meio a conflito em curso, instabilidade e insegurança. (...) Além disso, os refugiados que voltam para casa sem assistência tendem a desenvolver a sensação de que não estão devidamente preparados para proverem as necessidades básicas para construir um novo futuro. (...) A grande maioria dos refugiados, no entanto, não faz parte dos movimentos de repatriamento organizado, mas voltam para casa por sua própria iniciativa. (...) Na sua ânsia de voltar para casa, alguns refugiados não esperam o clima político normalizar, mas se repatriam ao primeiro sinal de uma melhoria ou uma sugestão de uma possível flexibilização das hostilidades.”⁷[tradução minha]

Os movimentos de repatriação espontâneos podem ser entendidos a partir do desejo do refugiado de viver em seu país de origem, em seu “lar”, mesmo sob condições de insegurança. Muitos desses movimentos na década de 1990 ocorreram tão logo arrefeceram (mesmo quando não desapareceram) as condições que precipitaram o movimento de refúgio. Segundo dados da ONU (1998), em 1993, aproximadamente 60.000 burundianos, 250.000 nomalis e 600.000 moçambicanos retornaram aos seus países apesar dos conflitos internos continuarem. Em 1990, foram 370.000 cambojanos que fizeram o caminho de volta.

O ímpeto do retorno precoce pode ser compreendido pelo viés bourdieano: a condição insustentável do “não-ser” do refugiado, a natureza do provisório que se estende às raias da permanência, o comprometimento das identidades próprias.

A matriz sócio- antropológica da condição de refugiado e sua não-identidade são objeto de importante ensaio do antropólogo francês Michel Agier⁸, para quem os refugiados são “*em primeiro lugar, sobreviventes*”⁹: pessoas que conheceram os horrores da morte em todas as suas formas; que perderam seus

⁷ Idem. P.179

⁸ AGIER, Michel. *Aux bords du monde, les réfugiés*. Paris, Flammarion: 2002

⁹ Idem, p.13

bens, famílias e referências; que têm experimentado dor física e psicológica e que muitas vezes sofrem transtornos mentais e, principalmente, da perda de identidade.

Os sobreviventes que conseguem fugir das zonas de perseguição, por vezes, à custa de uma longa vida nômade, vão encontrar abrigo em campos de refugiados que, segundo Agier (2002), têm tripla função – alimentação, saúde e polícia, destinando-se a organizar, provisoriamente, a “vida sob infusão”: “*o provisório que perpetua a precariedade se torna a norma*”. Bauman (2004) afirma, a respeito da condição social do refugiado, que o país, ao lhe oferecer proteção mediante políticas públicas, procura esclarecer que se trata de uma proteção temporária e que, mesmo assim, não confere a ele o status de um ente desejado.

“Os refugiados são refugio humano, sem função útil para desempenharem na terra em que chegaram e na qual permanecerão temporariamente, nem a intenção ou perspectiva realista de serem assimilados e anexados ao novo corpo social.(...) As pessoas destituídas de qualidades foram depositadas num território sem denominação, enquanto todas as estradas que levam de volta a lugares significativos e a espaços em que significados socialmente legíveis podem e são forjados no cotidiano foram bloqueados para sempre.”¹⁰

Ao serem reassentados em um terceiro país, os refugiados são expostos a uma série de dificuldades, desde a adaptação em uma terra estranha até mesmo a manutenção das identidades culturais – responsáveis pela identificação do sujeito com o grupo a que pertence -, já que a produção da identidade acontece em dois movimentos dialéticos: os que tendem à sua fixação (concepção naturalista de identidade) e os que tendem à sua desestabilização (identidade “em processo”) (SILVA,2004).

“Hall argumenta em favor do reconhecimento da identidade, mas não de uma identidade que esteja fixada na rigidez da oposição binária, tal como as

¹⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro, Zahar:2004. Pag. 98

dicotomias 'nós/eles'(...). Ele sugere que, embora seja construída por meio da diferença, o significado não é fixo, e utiliza, para explicar isso, o conceito de 'différance' de Jacques Derrida. Segundo esse autor, o significado é sempre diferido ou adiado; ele não é completamente fixo ou completo de forma que sempre existe algum deslizamento.”¹¹

É graças, portanto, ao que Derrida chama de “deslizamento” da significação da identidade, que o hibridismo e a operação de “bricolagem” da identidade são possíveis (HALL, 2004). Esses dois processos, que nada mais são que os lados de uma mesma moeda, são bastante perceptíveis quando se trata de refugiados reassentados. Nesse novo local, as identidades estão em movimento rizomático (DELEUZE; GUATARRI,1986) e a área de contato com as identidades das sociedades receptoras é relativamente grande.

Hall (2004) destaca que a dinâmica do hibridismo diz respeito, sobretudo, aos movimentos demográficos que colocam em contato diferentes identidades, sejam eles as diásporas, os deslocamentos nômades, as viagens, os cruzamentos de fronteiras.

“Precisamos vincular as discussões sobre identidade a todos aqueles processos e práticas que têm perturbado o caráter relativamente ‘estabelecido’ de muitas populações e culturas: os processos de globalização, os quais, eu argumentaria, coincidem com a modernidade (Hall,1996), e os processos de migração forçada (ou ‘livre’) que têm se tornado um fenômeno global do assim chamado mundo pós- colonial.”¹²

¹¹ SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença. A Perspectiva dos Estudos Culturais*. 3ª Edição, pag. 28

¹² Idem, pag. 108

A imigração como fenômeno político

Com o chamado “fenômeno da globalização” seria possível se pensar na possibilidade da criação de uma nova cultura, mundial, desterritorializada, capaz de conjugar elementos globais e locais? Uma cultura capaz de lidar com as tensões entre diferenciação e padronização, particular e universal?

Para responder a essas questões – se é que é possível -, é importante considerar que no processo de globalização assiste-se a um processo de desterritorialização crescente com corolários para os Estados. As identidades não têm sido mais construídas tendo como referência determinado território, mas determinada empatia ou identificação por certos interesses. Ao invés do sujeito coletivo, da coletividade imaginada (RIBEIRO, 1995) na relação entre a população e seu território, o nós virtual; a integração social transcendendo os níveis do local e do nacional na construção do internacional e do transnacional. (JUNQUEIRA, 2010)

Assim, no campo virtual, a identidade passa a ser construída através de comunidades que compartilham os mais diversos interesses comuns. Segundo Vieira (2001: 224), *“atualmente é a cultura que é considerada a base para a solidariedade, muito mais que a identidade nacional ou de classe”*.

Esse processo, indubitavelmente, ao relativizar a percepção do território, afetou as próprias bases do Estado- Nação e do sistema internacional de Estados configurado desde o Tratado de Vestfália de 1648. Desse modo, o Estado moderno, construído como um Estado territorial, sobre o qual a cidadania (ainda que apenas no sentido político- jurídico) se afirma é relativizado pela nova ordem mundial. (GOMES, 2000; JUNQUEIRA, 2010)

Embora o Estado ainda seja o cerne das relações internacionais, o mesmo, agora, precisa conviver com um sem número de novos atores neste ambiente, tais como os organismos internacionais, ONG's, empresas e corporações transnacionais, e mesmo com cidadãos globais.

É neste contexto que se deve repensar o conceito de soberania estatal. Soberania, assim, assumiria o significado de tomar decisões nacionais, sendo estas influenciadas pelo ambiente internacional por meio de tratados e acordos internacionais, decisões de órgãos internacionais colegiados e, principalmente, pelos humores do mercado globalizado.

As teorias realistas que predominaram até o fim da Guerra Fria, e que consideravam o Estado como ator primordial nas relações internacionais, começaram a ser revistas, a partir da década de 80, uma vez que importantes decisões das mais diversas áreas, passam a ser tomadas a partir da articulação entre instâncias não estatais. O aumento da interdependência entre os Estados, fenômeno acentuado pelo processo de globalização, gera uma rede de relações entre instâncias domésticas e internacionais que acabam por produzir jogos de múltiplos níveis, nos quais as decisões tomadas em determinadas áreas, por certos atores, acabam por influenciar, inevitavelmente, outros níveis em diversos campos.

Foi também a partir da década de 1980 que a ciência política alargou o campo de abordagem do fenômeno da imigração, detendo-se sobre as políticas de integração, de asilo, de refúgio, de naturalização de estrangeiros. (GOMES, 2001) Na definição do local de destino, passaram a pesar fortemente as condições sociais para recepção dos imigrados. Para Portes e Sassen (1998/1975), dois importantes estudiosos do assunto, o capital social representado pelas redes sociais existentes nos países destinatários é o grande impulsionador à imigração:

O poder das redes em cadeia é tal que as oportunidades em algum país são freqüentemente preenchidas por parentes e amigos de locais remotos no estrangeiro, ao invés de trabalhadores locais disponíveis.”¹³

¹³ PORTES, Alejandro. “*Social Capital: its origins and applications in Modern Sociology*”, Annual Review of Sociology, 1998, p.13

Sobre o assunto, Sassen destaca que “*as migrações internacionais são incorporadas em um complexa rede econômica, social e ética*”¹⁴, o que Gomes (2001), em sua tese de doutorado sobre soberania e imigração, corrobora:

“Partindo do axioma básico do individualismo metodológico, com suas múltiplas lógicas de cálculo utilitário, um indivíduo racional evita, geralmente, tomar decisões de risco ou perigosas. Segundo esta metodologia, a primeira iniciativa analítica de um cientista – economista, sociólogo, especialista em política ou outros – será a de entender as razões que levam uma boa parte da população mundial a emigrar apesar do ato de migração representar uma decisão de grande risco para o indivíduo. O objetivo de uma grande parte dos trabalhos acadêmicos sobre migrações internacionais se limita a esta única hipótese e se contenta a descobrir, por um lado, quais são os fatores racionais que empurram (push) o indivíduo a sair de seu território, de sua comunidade de origem e, por outro lado, quais são os fatores capazes de puxar o imigrante para a comunidade de adoção, a ponto de ter a vontade de aí estabelecer uma residência.”

*Em geral, para estes estudos, o fator central que ‘empurra’ a migração internacional é a taxa muito baixa de remuneração do trabalho nas regiões mais pobres do mundo e o fato que ‘puxa’ a migração internacional é o poder de compra superior que um trabalho, mesmo não qualificado, pode oferecer ao futuro imigrante no país de adoção.”*¹⁵

Deixando o campo de hipóteses econômicas como matrizes explicadoras e pensando a partir do espectro social das imigrações internacionais, estudo do professor e pesquisador Philip Martin (1994) apresenta reflexões sobre a decisão de imigrar amparada na existência de “colchões sociais” nos países receptores. Segundo ele:

“A migração ocorre por causa da demanda, fator de atração de imigrantes para países industrializados; da oferta, que os empurra para fora de seus próprios países; e variáveis intervenientes, tais como redes de amigos e parentes já nas sociedades industriais, que servem como âncora para as comunidades dos recém-chegados. Embora a maioria dos fluxos de migrações atuais tenham suas origens no período colonial, os fatores aprovados pelos governos que acabam por estimular a demanda são de grande importância para explicar os níveis atuais de imigração, bem como a abrangência das redes sociais. O fato dos fatores de oferta e de rede sociais não estarem diretamente sob o controle direto dos governos dos países industriais desenvolvidos faz muito sentido para explicar porque esses países perderam o controle sobre a imigração. (...) A terceira razão para essa “negligência” benigna é mais sutil: o sistema social e econômico norte-americano, em contraste com sistemas semelhantes em outras democracias

¹⁴ SASSEN, Saskia. “*Losing Control?*”, New York, Columbia University Press, 1995, p.75

¹⁵ GOMES, Charles P. “*Os Limites da Soberania. Os Juízes Diante da Questão Imigratória na França e Estados Unidos.*”, 2001, p.16

industriais, permite aos imigrantes gerarem muito, s imediatos e visíveis benefícios econômicos.”¹⁶ [tradução minha]

Se, segundo Massey (1990), as migrações internacionais surgem como questão política a partir das grandes navegações do século XVI, a questão das migrações involuntárias vai ocupar a agenda internacional a partir da pós- guerra. O período referente à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi de intensa movimentação de pessoas (HOBSBAWM, 1995; ACNUR, 2000; MOREIRA, 2008).

Para Meyers (2000), citado por Moreira (2008), as políticas migratórias referentes a refugiados tratam das condições dadas aos imigrantes recebidos pelo segundo país (ou terceiro, no caso de reassentamentos) através de políticas públicas que possibilitem o acesso ao trabalho, moradia e assistência social.

As abordagens teóricas da Ciência Política e das Relações Internacionais utilizadas para a compreensão da política migratória são variadas. A corrente voltada para políticas domésticas (a pluralista) analisa a influência dos grupos de interesses sobre as políticas migratórias adotadas pelo Estado. O institucionalismo burocrático enfoca o papel estatal na elaboração de tais políticas. Por fim, a corrente realista parte do pressuposto de que conflitos interestatais e questões de segurança influenciam a adoção de políticas migratórias e se preocupa com a relação entre política externa e migração internacional. (MEYERS, 2000)

Com base na perspectiva realista, predominante no cenário internacional no contexto da Guerra Fria (e ainda sustentada por alguns países desenvolvidos), as decisões políticas em matéria de refugiados se fundamentam, sobretudo, pelos interesses nacionais (que envolvem questões econômicas, políticas, considerações humanitárias e de segurança) defendidos no campo da política externa. Assim, enquanto os refugiados representarem interesses políticos, econômicos, sociais ou culturais e não constituírem um perigo à segurança, os países optam por seu acolhimento. No entanto, se representarem pesados encargos sociais e

¹⁶ MARTIN, Philip L. “*The United States: Benign Neglect Toward Immigration*”. In: *Controlling Immigration*, Stanford University Press, California, 1994, p.89

econômicos, desvantagens políticas, apresentarem traços culturais incompatíveis com os da comunidade local ou representarem ameaça, os países recusam-se a abrigá-los respaldados pelo “poder” conferido pela soberania. (MOREIRA, 2008)

As políticas adotadas pelos países ocidentais refletiram essa lógica dos interesses e, ao mesmo tempo, revelaram uma mudança política ao longo das décadas, com base no redirecionamento do sentido dos fluxos migratórios. Durante o pós- guerra, estes países decidiram receber grande contingente de europeus (principalmente fugidos dos países socialistas do Leste), sobretudo, em função de interesses econômicos (suprir o mercado interno de mão- de- obra barata e abundante), político- ideológicos (desacreditar o regime comunista) e similaridade cultural com as sociedades acolhedoras. Esse movimento representou, predominantemente, um fluxo Norte → Norte. (MOREIRA, 2008)

Essa conjuntura se modificou a partir dos anos 1970, com a crise do petróleo, acentuando- se nas décadas seguintes com a recessão econômica mundial, do enfraquecimento da disputa política- ideológica entre Estados Unidos e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas associada à chegada maciça de imigrantes oriundos da África, Ásia e América Latina, o que ocasionou certo choque cultural com a comunidade local. Assim, há uma inversão na direção do fluxo migratório: Sul → Norte.

Estudos sobre esse refugiados no período de fim da Guerra Fria, como os de Khan (1996) e Feller (2001), apontam para a perda do significado político dos refugiados, tendo proeminência, assim, as questões como o pesado encargo sócio- econômico representados pelo assentamento de refugiados. Ideologicamente, também houve um acirramento das antipatias aos refugiados, culminando no modelo de representação atribuído a estes imigrantes como uma ameaça em potencial no circuito doméstico. Ainda segundo esses autores, as comunidades locais acirraram as atitudes discriminatórias e xenófobas, dificultando o processo de integração. Concomitantemente, os países desenvolvidos fechavam suas fronteiras, tendência que se mantém contemporaneamente, redirecionando os fluxos para o sentido Sul → Sul.

É importante uma observação de que esse período apresentou um aumento substancial no nível de desemprego em escala global. Dessa forma, a mão-de-obra barata dos imigrantes também se configurava numa ameaça à mão-de-obra especializada, portanto mais cara, dos cidadãos locais.

A partir do fim da Guerra Fria, e a maior interdependência dos países, as instituições internacionais ganharam relevo, definidas por Keohane (1989) como os conjuntos de regras formais e informais persistentes e conectados, que prescrevem papéis comportamentais, constroem atividades e moldam expectativas. Segundo o autor, abarcam tanto organizações intergovernamentais, deliberadamente constituídas pelos Estados com regras explícitas e tarefas específicas. É nesse contexto que o ACNUR, criado em 1951, e os regimes de alcance internacional (como a Convenção de 1951, Protocolo de 1967) e os de alcance regionais (como a Declaração de Cartagena de 1984) vão, efetivamente, ocupar um papel de proeminência e destaque na formulação de diretrizes e na consecução das políticas públicas referentes aos refugiados.

Contudo, para os países que oferecem reassentamento ou refúgio, há uma série de obrigações e responsabilidades para com esses imigrantes. A contrapartida dos países receptores é resultado de recomendações feitas por ocasião da Convenção de 1951 e estabelecida pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

"Os refugiados representam uma categoria especial de migrantes internacionais, cujo estatuto os diferencia de outros grupos de migrantes. A maioria dos países reconhece que a situação única de refugiados requer leis especiais, regulamentos, instituições, políticas e programas que contemplem as suas preocupações. Além disso, as convenções internacionais que definem quem são refugiados e fornecem diretrizes legais para o seu tratamento especial prevêm organizações nacionais e internacionais para tratar dessas questões. Contudo, a legislação para refugiados varia consideravelmente de região para região e mesmo dentro de uma determinada área geográfica."¹⁷ [tradução minha]

¹⁷ Idem, p. 194

Em todo caso, nenhum país é legalmente obrigado a aceitar refugiados ou oferecer assentamentos. Em 1992, por exemplo, segundo a ONU, somente 10 países anunciaram quotas para reassentamentos:

| País | Quota |
|----------------|---------|
| Estados Unidos | 132.000 |
| Canadá | 13.000 |
| Austrália | 4.800 |
| Suécia | 2.000 |
| Noruega | 1.000 |
| Nova Zelândia | 800 |
| Dinamarca | 500 |
| Finlândia | 500 |
| Holanda | 500 |
| Suíça | 500 |

Fonte: International Migrations Policies, pag.187

Outros países embora não apresentassem quotas anuais, são receptores históricos de refugiados: Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Espanha, Reino Unido e Japão.

Se até algumas décadas atrás a migração podia ser explicada principalmente pela matriz econômica, é inegável que atualmente as rápidas e profundas transformações geradas pela globalização têm tido impacto sobre os movimentos migratórios, embora de forma contraditória:

“Os estudos mostram consistentemente que os migrantes internacionais não são oriundos de lugares pobres e isolados, desligados dos mercados mundiais, senão de

regiões e nações que estão passando por um processo de câmbios rápidos e de desenvolvimento como resultado de sua incorporação ao comércio global.”¹⁸

Ou seja, o desenho da migração internacional atual (em seu âmbito geral, não só com relação ao refúgio) tem seus contornos ditados pela globalização. É perceptível que as rápidas e profundas transformações geradas pela globalização têm tido um grande impacto sobre os movimentos migratórios. (MASSEY, 1998) Por um lado, porque promove o desarraigamento de comunidades tradicionais e, com a difusão mais ampla de informações, estimula pessoas a abandonarem suas ocupações costumeiras e a buscarem lugares mais promissores para o seu estabelecimento (MILANOVIC, 1999). Por outro lado, porém, a globalização hierarquiza os países e se, em sua primeira fase, favoreceu o fluxo populacional no sentido Sul-Norte, hoje, por outro lado, tem demonstrado uma diminuição da acolhida dos países do Norte àqueles deslocamentos. Há, por assim dizer, um movimento mundial – mesmo nos países de orientação liberal – pelo controle da entrada de imigrantes. Para os ilegais, ou “indocumentados”, tem havido um recrudescimento na legislação e penalização aos transgressores; para os legais, uma maior dificuldade no acesso aos mecanismos de legalização.

“Mesmo os compromissos dos países ocidentais sob o viés liberal e humanitário de não estabelecer um ‘sistema perfeito’ de controle de imigração, de proteger-se totalmente das migrações indesejadas ou ilegais, não impede os Estados de estabelecer sistemas de controle de imigração. Em perspectiva global, esses controles são muito eficazes na realidade - quando a eficácia não é medida contra um ideal totalmente irrealista de imigração zero, mas sim contra a grande e crescente demanda global para a admissão. Visto pelo lado de dentro - isto é, do ponto de vista dos cidadãos dos países favorecidos - controlar a imigração pode ser surpreendentemente imperfeito, mas visto de fora - a partir da perspectiva daqueles que anseiam por vistos de turista ou os que estão no final de uma lista de espera para admissão de vinte anos, ou aqueles dispostos a pagar grandes somas de dinheiro e realizar viagens arriscadas para contornar as barreiras à entrada – o controle de imigração parece muito eficaz. Naturalmente, o controle não é absoluto, mas os estados têm a capacidade e a vontade, para influenciar o preço ‘de entrada’, incluindo especificamente o preço de entrada ilegal. Haverá sempre pessoas dispostas a pagar o preço, mesmo ao

¹⁸ MASSEY, Douglas S. *Worlds in Motion: Understanding International Migration at the end of the Millennium*. Oxford, 1998, p.277

ponto de arriscar suas vidas. Mas através da sua capacidade de fixar o preço (dentro de limites amplos e flexíveis, definidos nomeadamente por compromissos liberais e humanitários), os Estados têm uma grande capacidade de controlar a migração, bem como a vontade de exercer essa capacidade.”¹⁹

Paradoxalmente, o estímulo massivo à migração internacional provocado pela globalização não é acompanhado por um aumento correspondente de oportunidades, porque os países que atraem migrantes são aqueles que mais têm aprimorado sistemas de bloqueio à entrada destes. As fronteiras se abrem para o fluxo de capitais e mercadorias, mas a abertura é mais estreita em se tratando de migrantes. Ou seja, o que se tem visto é que enquanto são reduzidos os obstáculos ao fluxo de capitais, aumentam as restrições ao livre movimento de pessoas. E não há sinais de que haverá uma alteração na política de entradas de migrantes – pelo menos no curto prazo. Em muitos países, ocorre justamente o contrário: um alinhamento civil e político contra a migração internacional sob várias alegações: desde ameaça à segurança até a hipótese de concorrência com a mão-de-obra mais barata dos “vizinhos indesejáveis”.

A Imigração como fenômeno pós- colonial²⁰

¹⁹ BRUBAKER, Rogers. *Are Immigration Control Efforts Really Failing?* In *Controlling Immigration*, California, 1994, p.230

²⁰ O termo “pós- colonial”, apropriado da obra “O Local da Cultura” de Homi k. Bhabha, pareceu ser o mais apropriado por caracterizar um contexto histórico de características sociológicas, políticas e econômicas em que o processo de imigração assume novas roupagens. Segundo o autor: “A pós- colonialidade, por sua vez, é um salutar lembrete das relações ‘neocoloniais’ remanescentes no interior da ‘nova’ ordem mundial e da divisão de trabalho multinacional. Tal perspectiva permite a autenticação de histórias de exploração e o desenvolvimento de estratégias de resistência. Além disto, no entanto, a crítica pós- colonial dá testemunho desses países e comunidades – no norte e no sul, urbanos e rurais – constituídos, se me permitem forjar a expressão, ‘de outro modo que não a modernidade’. Tais culturas de contra- modernidade pós- colonial podem ser contingentes à modernidade, descontínuas ou em desacordo com ela, resistentes a suas opressivas tecnologias assimilacionistas; porém, elas também põem em campo o hibridismo cultural de suas condições fronteiriças para ‘traduzir’, e portanto reinscrever, o imaginário social tanto na metrópole como da modernidade. Ouçam Guillermo Gomez- Peña, o artista performático que vive, entre outros tempos e espaços, na fronteira entre México e Estados Unidos:
olá América

Na linha de pensamento que enfoca a migração internacional contemporânea na perspectiva de considerar o fenômeno pelo conjunto de variáveis relevantes no processo de integração global, está a análise de Castles & Miller (1998). Segundo os autores, a *"migração internacional é freqüentemente causa e efeito de várias formas de conflitos e não um fenômeno isolado"*. Aqui também a historicidade é elemento integrante do entendimento do que se passa no mundo contemporâneo; a migração internacional não é uma invenção do século XX ou da modernidade; tem sido parte da história da humanidade nos últimos tempos, embora tenha aumentado em volume e significância desde 1945 e, mais particularmente, desde meados dos anos 1980.

Os autores ressaltam as relações étnicas e as novas minorias formadas pós-70 no processo de reestruturação econômica global; a divisão racial e étnica são aspectos de diferenciação social; contudo, nesse processo, ampliam-se as questões, trazendo ao contexto outras dimensões, como classe social, gênero e posição no ciclo de vida, e, em seu conjunto, *"reproduzem a heterogeneidade existente para a população nativa"*.

Como eixos de análise, os autores consideram a tendência de globalização e aceleração da migração mencionando também a *diferenciação*, a feminização e a politização dos migrantes. Diversidade étnica, racismo, multiculturalismo são temas que devem ser tratados de forma conjunta como efeito da distinção entre a população receptora e a população imigrante, freqüentemente visto como *estrangeiro* ou *quase cidadão*; a regulação dessa população migrante passa pela dimensão do trabalho, em que alguns migrantes ficam concentrados em certos tipos de atividade - geralmente com baixo *status* social - e vivem segregados em áreas residenciais de baixa renda.

esta é a voz de Gran Vato Charollero
transmitindo dos desertos escaldantes de Nogales, Arizona
zona de libre comercio
2000 megahertz em todas direcciones
vocês estão comemorando o Dia do Trabalho em Seatle
enquanto o klan faz uma manifestação
contra os mexicanos na Geórgia
ironia, 100% ironia" (p.26)

Embora Canclini (2006) saliente que os intercâmbios culturais e a história da humanidade coincidam, a questão da diversidade cultural ganha contornos interessantes aos cientistas sociais a partir do processo de descolonização ocorrido na África, América Latina e Ásia, com o conseqüente fluxo numeroso de emigrantes vindos das ex- colônias para a Europa. Esse movimento migratório, que viu seu apogeu nas décadas de oitenta e noventa, trouxe como conseqüência importantes transformações demográficas e o surgimento de situações limites de tolerância cultural.

Segundo Moura (2005), os europeus foram forçados à convivência cotidiana de um “outro” que até então vivia distante e “seguramente controlado”. A partir dos grandes fluxos migratórios, o norte passou a conviver com o ex-colonizado nas suas “ruas e praças, mercados e igrejas, escolas e cinemas”, disputando de vagas de emprego a políticas públicas.

É nesse o cenário onde as discussões acerca da interculturalidade e multiculturalidade ganharão relevância. Embalado pelas reflexões postas com a reconfiguração das ex- colônias e ex- metrópoles o tema do interculturalismo também se configura como questão relevante no processo de estabelecimento do novo paradigma da realidade social. Para Fleuri (2005), a magnitude que o tema do interculturalismo alcançou se deve, sobretudo, pelo caráter heurístico no estudo da diversidade cultural como práticas culturais e políticas públicas. Nesse contexto, alguns casos são evidenciados para reforçar o argumento: o declínio da migração laboral no Leste europeu; a formação de novas minorias étnicas na transição de alguns países do Sul europeu de tradição emigratória, para países de imigração; a continuação da migração motivada pela via econômica, contudo considerando mudanças nas áreas de origem e das formas de migração; novos movimentos migratórios (interno e internacional) conectados com a economia e mudanças sociais pela dimensão global.

Vários estudos apontam diversos fatores que impulsionam o indivíduo para fora de seu território, a viver na provisionalidade e a reconhecer-se como cidadão de uma hipotética “aldeia global”. Tornar-se imigrante que é mormente

um ato voluntário, também suscita um angustiante sentimento de desorientação, ou melhor, de desterritorialização. (ALMEIDA, 2007)

Por vezes, esta desterritorialização relaciona-se com o país de acolhimento com atitudes de racismo, rechaço, discriminação de indivíduos ou comunidades como consequência de identidades originais. É o caso no Brasil do termo “turco” abarcando todos os árabes de diferentes nacionalidades, como se “tudo fosse uma coisa só”. (HAJJAR, 1985)

Castles e Miller (1998) apontam em seus estudos para o desenvolvimento de uma nova massa de *refugiados e asilados*, especialmente depois do colapso do bloco soviético, o aumento da mobilidade, com fluxo permanente e temporário de pessoas altamente qualificadas, e as questões de regulação e política de segurança articulada e fortalecida por blocos que também foram relevantes na era da migração no mundo moderno.

Zygmunt Bauman (2005), por sua vez, coloca a questão dos refugiados, asilados e imigrantes – a quem chama de “*produtos rejeitados da globalização*”²¹ – como consequência do fenômeno do encolhimento do poder dos Estados-nação no cenário do “direito global”. Enquanto “dejetos”, esses seres humanos são indesejáveis à “*elite do poder do mundo globalizado*”.²² Desse modo, os assentamentos, sejam em campos ou em qualquer outro país, torna-se uma necessidade para dar fim a essa massa de “lixo humano” produzido pela globalização, seres “*esquivos, imprevisíveis, sem laços com lugar algum. Tal como ela [a elite], são a epítome do insondável ‘espaços de fluxos’ em que se fincam as raízes da atual precariedade das condições humanas.*”²³

Segundo esse enquadramento analítico, a globalização é apresentada como um conjunto articulado de homogeneização e fragmentação do mundo, no qual as diferenças e desigualdades são reordenadas – mas não suprimidas. (Canclini, 2007)

²¹ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor: 2005; p.84

²² Idem, p. 93

²³ Idem, p. 85

“(...) o globalismo pode muito bem ser, simultaneamente, condição e conseqüência da ruptura histórica que se revela abertamente no fim do século XX, anunciando o XXI. (...)o globalismo envolve desafios epistemológicos. Envolve transformações nos significados de noções como as de espaço e tempo, quantidade e qualidade e outras.(...) Na mesma escala em que se desenvolve o capitalismo em âmbito global, como modo de produção e processo civilizatório, desenvolve-se a ocidentalização e a orientalização do mundo, a sua modernização e a ressurgência de tradições e tradicionalismos, a desterritorialização e a reterritorialização, as condições de integração e as de fragmentação, a multiplicidade das continuidades e a das rupturas.”²⁴

Sobre esse tema, a análise de Saskia Sassen (1995) enfatiza os locais estratégicos de materialização e união dos processos globais – lugares onde as formas de processos de globalização tendem a ter uma geografia distinta já que esta *não é um evento planetário que engloba o mundo todo*²⁵.

Para a cientista política, as diferentes formas de representação da identidade social presentes no espaço local como a língua, a cultura, a alimentação, a música, a religião, os padrões de consumo, tendem a sucumbir à lógica hegemônica da globalização. Segundo essa hipótese, mesmo as formas de resistência e de reafirmação da identidade local tendem a ser subsumidas ou adaptadas pelos atores da economia global. As relações sociais locais não são inteiramente homogeneizadas pela economia global, entretanto as diferenças de constituição do ser identitário das relações sociais presentes nos espaços locais são adaptadas como produtos na realização econômica dos atores globais.

Em algumas cidades, a economia da globalização tende a consolidar os “processos globais” constituídos pela estruturação de mercados financeiros globais e investimentos estrangeiros diretos, que constituem espaços de intersecção do global e do local no período atual, são os chamados “espaços transacionais”. Nas palavras de Ianni (1995:250):

²⁴ IANNI, Octávio. A Era do Globalismo in *Globalização, Regionalização e Nacionalismo*. São Paulo, UNESP:1998, pag. 39

²⁵ SASSEN, Saskia. Os Espaços da Economia Global in *Globalização, Regionalização e Nacionalismo*. São Paulo, UNESP: 1998, pag.45

“Há, hoje, um relógio mundial, fruto do progresso técnico, mas o tempo-mundo é abstrato, exceto como relação. Temos, sem dúvida, um tempo universal, tempo despótico, instrumento de medida hegemônica, que comanda o tempo dos outros. Esse tempo despótico é responsável por temporalidades hierárquicas, conflitantes, mas não há um tempo mundial. O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo são as pessoas e os lugares.”²⁶

As identidades resultantes desses arranjos entre tempo e espaço são um tanto híbridas, é o que Bhabha (1998:312) chama de “*processo de complementaridade*”, “*suplemento agonístico*”, “*semente do ‘intraduzível – elemento estrangeiro em meio à performance da tradução cultural’*”.

Os pressupostos da modernidade da qual a realidade contemporânea é derivada têm se esvaziado. Os dois pilares de sustentação do liberalismo, o Estado-nação e o indivíduo, estão passando por reconfigurações de ordem cognitiva e epistemológica. Embora a transnacionalidade capitalista tenha como base o Estado-nação soberano, essa soberania tem sido relativizada pela não-autonomia absoluta no jogo capitalista da economia-mundo (WALLERSTEIN, 1991:14). O relativo declínio do Estado impeliu os indivíduos a procurarem proteção e identificação em grupos (étnicos, religiosos, raciais) que representam valores tradicionais.²⁷

“(...) o capitalismo se apresenta como um modo de produção e um processo civilizatório. Além de desenvolver e mundializar as suas forças produtivas e as suas relações de produção, desenvolve e mundializa instituições, padrões e valores socioculturais, formas de agir, sentir, pensar e imaginar.(...) Aos poucos, a comunidade é recoberta pela sociedade, e a sociabilidade baseada nas prestações pessoais, ou na produção de valores de uso, é recoberta ou substituída pela sociabilidade baseada no contrato, na produção de valores de troca. Simultaneamente, ocorre a secularização da cultura e do comportamento,

²⁶ SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo*. São Paulo, Ed. Hucitec:1994, p.31

²⁷ SEGRERA, Francisco López. *A Representação das Identidades Deslocadas*. In *Representação e Complexidade*. Rio de Janeiro, Ed. Garamond:2003

a individuação, a emergência do individualismo possessivo e, em alguns casos, da cidadania.”²⁸

Hall (1992:12) apresenta o sujeito pós-moderno como aquele cuja identidade não é fixa, sendo continuamente reformulada através das representações ou interpretações dos sistemas culturais que o cerca. Em tempos de trocas e intercâmbios intensos como os propiciados pela globalização tecnológica, o indivíduo contemporâneo está em um constante *devenir*, a identidade é um processo que não termina e se alimenta do confronto do “eu” com o “outro”. Segundo este autor, nem mesmo a nação seria uma *unidade cultural unificada*, já que não estaria imune aos arranjos das diferenças pontuais internas (pag.65).

Nesse sentido, uma resposta a essa sociedade híbrida, diversa, hedonista, egoísta e consumista seria, segundo Hall (2006) as tentativas de construção de identidades fechadas na tradição expressas, por exemplo, no recrudescimento do nacionalismo europeu ocidental e do fundamentalismo religioso oriental.

É nesse contexto social, histórico, político e econômico de rupturas paradigmáticas e epistemológicas que um aspecto da globalização pós-colonial terá erupção: as migrações internacionais forçadas, ou seja, o problema dos refugiados no mundo.

A imigração forçada como paradigma contemporâneo

As migrações, como são partes integrantes da história da humanidade, acompanham as suas características e são influenciadas por elas. Embora Canclini (2007) saliente que os intercâmbios culturais e a história da humanidade

²⁸ IANNI, Octávio. A Era do Globalismo. In *Globalização, Regionalização e Nacionalismo...* pag.20

coincidam, a questão da diversidade cultural ganha contornos interessantes aos cientistas sociais a partir do processo de descolonização ocorrido na África, América Latina e Ásia, com o conseqüente fluxo numeroso de emigrantes vindos das ex- colônias para o continente europeu. Esse movimento migratório trouxe como conseqüências importantes as transformações demográficas e o surgimento de situações limites de tolerância.

Ora, a realidade contemporânea é de grande complexidade e exige novas teorias e epistemologia para explicá-la. Está revestida por elementos que podem ser traduzidos como pós- colonialismo ou pós- nacionalismo²⁹. É ponto de confluência de vários autores estudiosos como Costa, Habemas, Gilroy, Beck etc, que nas sociedades pós- coloniais há demonstrações empíricas da relativização do Estado- nação como referência única para a dinâmica econômica e social. Na atualidade, as fronteiras geográficas embora continuem existindo (e nada leva a crer que deixarão de existir em um futuro próximo) não são capazes de demarcar a abrangência das ações sociais. A conseqüência da relativização do lugar o Estado outrora no centro das relações econômicas e sociais é o que Costa (2001) chama de “constelação pós- nacional”. Agora, o Estado- nação deixa de ser o único referencial para explicar as sociedades e passa a dividir o palco com novos atores como organizações internacionais, grupos de atuação interna e internacional, empresas transnacionais e cidadãos globais. Ou como tratado de maneira normativa por Habermas (1996, 1998): “a *dinâmica social e política caracterizada pela perda de centralidade do Estado- nação e a emergência de novas linhas de conflito envolvendo atores e problemas que não podem ser ordenados no âmbito nacional*”. (COSTA, 2001: 68)

²⁹ Segundo Costa (2001: 67) autor da expressão, “a referência a uma dinâmica ou a uma constelação pós- nacional remete genericamente, na literatura recente, como se verá abaixo, à situação contemporânea, na qual boa parte dos processos políticos, econômicos e sociais deixa de ter nas fronteiras geográficas de um Estado- nação a delimitação de seu escopo de ação e abrangência. Poderia objetar- se aqui que a autocrítica da teoria social sobre a sua fixação nas fronteiras nacionais não é novidade, existe pelo menos desde o início da década de setenta (...). Enquanto as autocríticas anteriores da teoria social supunham um avanço continuado da diferenciação funcional, o movimento presente leva em conta a diversidade dos processos de transformação, estabelecendo- se correlações, interações e categorias comparativas efetivas, quer dizer, não aquelas que simplesmente descrevem a supressão do desconhecido (o tradicional, o não ocidental) pelo conhecido (o moderno).”

Assim sendo, uma das principais conseqüências sociológicas da emergência de uma constelação pós- nacional é a dificuldade de articular novos espectros de solução para novos tipos de problemas já que a realização da vida em comum, na atualidade, não se limita ao inter- fronteiras:

“Em primeiro lugar, percebe- se que o acúmulo de fatores extra- nacionais que causam problemas verificados nas fronteiras nacionais (da transnacionalização da economia ao surgimento de riscos ambientais globais) ameaça a efetividade da ação do Estado, na sua dimensão administrativa, isto é, a sua capacidade de levar a efeito as decisões tomadas pelos membros da comunidade política nacional. Por outro lado, os organismos intergovernamentais ou não- governamentais transnacionais com competência para tratar das situações- problema que extrapolam os limites administrativos nacionais não dispõem das mesmas possibilidades de legitimação conferidas às instituições nacionais”. (COSTA,2001:70)

Além da relativização do Estado- nação como sustentáculo normativo da sociedade contemporânea, outro elemento que se coloca importante na discussão é a identidade cultural. A relevância deste segundo elemento está, segundo análise de Costa (2001:70), como indicador dos problemas representados pelo crescente número de imigrantes e pela *“construção de novas diferenças culturais como resposta à pressão homogeneizadora de uma cultura material mundial”*. Nesse sentido, a questão da pluralidade cultural se torna um problema porque, segundo Habermas (1996), seria este um empecilho inegociável para o que chama de *“uma unidade da cultura política na diversidade de subculturas”*. Logo, o autor prevê a necessidade da criação de novos *“laços de integração e solidariedade social”*, já que a dinâmica das sociedades contemporâneas é o transnacionalismo em contraponto aos esgarçados laços sociais antes circunscritos pelas fronteiras nacionais.

Outro aspecto importante da imigração como problema para Habermas (COSTA, 2001) diz respeito à construção política do projeto de identidade, já que boa parte dos imigrantes é composta por descendentes das gerações escravizadas ou exploradas por colonos europeus. Assim, segundo o raciocínio habermasiano, seria ainda mais problemático para o Estado- nação receptor dos contingentes

estrangeiros convencer os imigrantes que ao assumirem “*as virtudes históricas do Estado-nação europeu como fundamento da pertença à pátria européia, na qual escolheram ou foram levados pelas circunstâncias a viver, não é uma afronta.*”.

Na avaliação de Costa (2001:74), a questão da imigração como problema contemporâneo vai além:

“Não se deve esperar que o processo de globalização promova uma melhor integração cultural dos imigrantes e seus descendentes à nova pátria. O acesso fácil à cultura material do país de onde saíram, através da integração dos meios de transporte e comunicação, fortalece os vínculos com a pátria de origem e a resistência à assunção de novos valores culturais. Na Alemanha, por exemplo, os pedagogos constataam consternados que a terceira geração de turcos imigrados no pós- guerra apresenta maiores dificuldades escolares na aprendizagem do alemão do que as gerações anteriores, para as quais a possibilidade de ver as telenovelas ou notícias recebidas diretamente de Istambul ao cair da tarde não estava dada.

Na prosa bem recortada de Ulrich Beck (1999:543 ss), essa obliteração das fronteiras espaciais do social é descrita como um paradoxo duplo entre a proximidade geográfica e a distância social e/ou a distância geográfica e a proximidade social.”

Como possível solução para o paradoxo da identidade cultural seria a criação e estabelecimento de fronteiras simbólicas ou a constituição de uma matriz que considere os “*contextos comunicativos transnacionais*” que não decorre do compartilhamento de modos de vida ou de sentimentos de pertencimento, ou seja, esses contextos abarcariam os sentimentos de pertencimento cultural.

Em outra abordagem, Costa (2001) chama a teoria social elaborada pelo sociólogo alemão Ulrich Beck como chave explicativa para os desafios da constelação pós- nacional. Para o autor alemão, estão em questão a infalibilidade e inevitabilidade das instituições modernas, isso porque os problemas do mundo interconectado, interdependente e globalizado não podem ser respondidos por políticas implementadas por governos locais ou setoriais. A interconectividade

implica em processos em rede, cuja engenharia exige ações e repostas políticas, econômicas e sociais pensadas em escala global.

A configuração das sociedades em redes leva ao que Beck chamou de “sociedade reflexiva”, a que se pensa não como constructo acabado, “duro”, mas como em construção fluida, uma possibilidade. (COSTA, 2001)

A possibilidade do sujeito social fluido é possível porque os elementos que constituem as sociedades pós- nacionais tal como para Habermas, não se limitam às fronteiras nacionais:

“Beck (1999:540 ss) sugere que a desterritorialização do social seja tomada, nas suas últimas conseqüências, como processo que implode de vez as categorias analíticas amparadas nas sociedades nacionais, tomadas pelos limites internos representados pelos laços de cidadania ou pertença cultural e, externamente, pela soberania política. Ao capitalismo global, corresponderia uma globalização cultural e política que ‘suspende a territorialidade como princípio ordenador da sociedade’”.

No embalo da questão da “desterritorialização” das sociedades contemporâneas, Beck (2000) aponta indicadores para um processo social denominado “cosmopolitização”³⁰, útil para descrever a *“intensificação dos nexos e vínculos normativos, culturais, econômicos que unem as diversas partes e grupos que constituem o mundo contemporâneo.”* (COSTA, 2001:79)

Entretanto, apesar de concordar com a transversalidade entre diversas instituições em diversos locais diferentes dos problemas contemporâneos cosmopolitas, Costa (2001) questiona se a plausibilidade dos estudos pós-coloniais constituem uma matriz teórica. Para ele, a base original da perspectiva pós- colonial surgiu com a literatura, onde questões como a diáspora negra ou migratória eram levantadas por autores de ex- colônias. Só mais tarde é que o campo de investigação e análise atrai autores como Homi Bhabha e Edward Said, Stuart Hall e Paul Gilroy. (COSTA,2001:83)

³⁰ Como evidência do processo de cosmopolitização, Beck (2000) aponta para a transnacionalização de bens culturais, duplas cidadanias, processos de migração, viagens internacionais, transnacionalização do crime organizado, de estilos de vida, agendas da mídia, etc.

“Nesse sentido, o pós- colonial não representa um depois no sentido cronológico linear, trata- se de uma operação de reconfiguração de todo o campo discursivo em que são produzidas as relações hierárquicas. Segundo tal perspectiva, ao invés de discutir os enunciados, há que se indicar, primeiro, a contextualidade, o lugar de onde provêm as enunciações.”(Costa, 2001:84)

É nesse contexto que a nação com elemento privilegiado das narrativas vai ceder lugar para a idéia de “hibridismo”, uma “metaconstrução metateórica” à qual se referiu Costa (2001) para descrever a forma da cultura em um mundo interconectado e interpenetrado como em redes. Logo,

“a hibridiz torna- se também a condição do observador que percebe o mundo de um lugar fora do contexto espacial e simbólico da comunidade imaginada. Transforma- se em ‘expressão da experiência contraditória’ de quem vive fora da comunidade ou em muitas delas ao mesmo tempo. Tal condição contraditória caracteriza, na ótica do pós- colonialismo, as biografias contemporâneas e encontra na figura do migrante pós- colonial a sua representação emblemática já que ‘o cosmopolita era em si mesmo um modernista, alguém que conhecia o vasto mundo e compreendia a variação cultural, mas alguém que era em primeiro lugar um racionalista e um universalista, cuja identidade era definida a partir do abstrato, dos direitos do homem, não das culturas, da ciência ,não da sabedoria, e da racionalidade sem metafísica. Os cosmopolitas de hoje são cosmopolitas sem modernismo. Poder- se- ia chamar- lhes pós- modernistas no sentido de que se identificam a si próprios como abrangendo a variedade do mundo e suas misturas subseqüentes. (Friedman, 1997:64)”. (COSTA, 2001:85)

No campo da hibridização, o diálogo está posto para uma gama de elementos como as diversidades culturais, as culturas dispostas em redes, a mudança do eixo de sustentação normativo, o interculturalismo como argamassa social. A tessitura do mundo contemporâneo com seus desafios como a construção de “comunidades imaginadas”, as “novas solidariedades”, os contextos “glocais”, está em movimento, é por isso que as teorias sociais a respeito das sociedades pós- coloniais/pós- nacionais/cosmopolitas/híbridas estão em processo de construção: não há uma resposta definitiva e acabada para as questões que a contemporaneidade levanta.

Assim, como nos lembra Ianni (2002:154), o mundo hoje apesar da aparência por vezes caótica (apesar de trazer a ambivalência das integrações em bloco econômicos e políticos) “*o mundo moderno pode ser visto como o mundo em movimento, múltiplo e problemático*”. Logo, questões como a transnacionalização da cultura se apresentam como fator inquietante e que envolve múltiplos cenários e atores.

Canclini (2006) aponta as características ambivalentes do atual panorama cultural mundial, de um lado o processo de globalização, com tendências de integração reveladas em práticas do mercado financeiro e ideologias homogeneizantes, de outro, a conscientização da fragmentação do planeta em uma miríade de diversidades culturais. A globalização, quando definida em termos políticos e econômicos, aponta para uma submissão da civilização mundial às práticas do mercado com a prevalência do modelo centro- periferia. Mas, ao considerarmos a cultura como fator subjacente às práticas econômicas, o “cultural”, tal qual definido por Canclini (2004) como o conjunto de processos através dos quais grupos expressam imaginariamente o social e estruturam as relações com outros grupos, marcando suas diferenças, verificamos que o fenômeno da globalização tem o efeito de evidenciar a diversidade cultural das sociedades contemporâneas.

Essa ambivalência do mundo globalizado não passa ao largo para Santos (2006), para quem a globalização seria uma fábula que defende um mercado avassalador global, potencialmente capaz de homogeneizar o planeta mas que, paradoxalmente, evidencia as desigualdades locais

É nesse contexto que as discussões acerca da interculturalidade ganharam relevância. Surgiram, principalmente, como conjunto de propostas de convivência democrática entre diferentes culturas e modos de vida, sem anulação da diversidade e “*fomentando o potencial criativo e vital resultante das relações entre diferentes agentes e seus respectivos contextos*”. (FLEURI, 2005)

No embalo das reflexões acerca da reconfiguração dos papéis das ex-colônias e ex- metrópoles, o tema do interculturalismo se incorpora como questão

relevante no processo de estabelecimento do novo paradigma da realidade social. A coexistência de diversos grupos sociais de dimensões ampliadas pela globalização é propiciada pela existência de elementos notadamente contemporâneos como cidadãos globais com multi- cidadanias, empresas e organismos inter- ultra – supra – transnacionais, mas sobretudo, pelas migrações.

Se a migração voluntária para vários autores pode ser vista com problema, a migração forçada pode ser ainda mais problemática. Enquanto que a migração discricionária é tão antiga quanto a humanidade, a forçada é um evento tipicamente contemporâneo.

Em sociedades marcadas por conflitos, guerras, desequilíbrios sócio-econômicos, violência, pobreza, fome, exploração e catástrofes naturais, as migrações vêm adquirindo cada vez mais um caráter de urgência e reflexão no desenvolvimento de medidas concretas para a alteração do atual quadro, que expõe uma evidente e acentuada desigualdade normativa.

O grande desenvolvimento de deslocamentos forçados espelha a realidade de milhões de pessoas que não se inserem nos escassos benefícios de uma globalização que é comandada por um sistema econômico que rompe barreiras, mas forma e acentua imensas lacunas e desigualdades nas diversas partes do mundo.

Classificar, hoje em dia, os diferentes componentes dessa grande massa de migrantes, torna-se cada vez mais complicado, devido à existência de circunstâncias que não permitem uma definição concreta a respeito desses componentes. Esses migrantes forçados são os que muitas vezes sofrem pela fome, pela pobreza, pelo desemprego e também pela violência, ou seja, não lhes são dadas muitas alternativas para a sua permanência em seu lugar de origem. Entre esses migrantes forçados devemos destacar a existência dos refugiados e dos deslocados internos, que não possuem nenhuma alternativa, que não seja a saída de sua moradia, ou em alguns casos a fuga e o seu abandono.

Diferenciar um refugiado de um migrante econômico, por exemplo, é uma tarefa complexa atualmente, onde se encerram muitas nuances provocadas pelo

contexto mundial contemporâneo. O conflito armado e a desordem política são geralmente conseqüências do fracasso econômico. Os países que possuem violência generalizada são normalmente caracterizados por possuírem graves índices sociais. Assim, as pessoas poderão sentir-se forçadas a abandonar o seu país devido a um conjunto de razões que envolvem tanto o desejo de garantir a sua segurança física quanto a econômica. Diante desses fatos, torna-se difícil descrever uma distinção evidente entre refugiados e as pessoas que sofrem pressões migratórias com aspectos semelhantes ao dos refugiados.

Assim, os refugiados formam um fenômeno migratório complexo, no qual estão presentes fatores políticos, étnicos, econômicos, ambientais e de direitos humanos, que provocam deslocamentos de população:

“Impulsionadas pela pobreza, pela seca, pela fome, pelo subdesenvolvimento econômico e por colheitas fracassadas, pela guerra civil e pelos distúrbios políticos, pelo conflito regional e pelas mudanças arbitrárias de regimes políticos, pela dívida externa acumulada de seus governos para com os bancos ocidentais, as pessoas mais pobres do globo, em grande número, acabam por acreditar na ‘mensagem’ do consumismo global e se mudam para os locais onde vêm os ‘bens’ e onde as chances de sobrevivência são maiores. Na era das comunicações globais, o Ocidente está situado apenas à distância de uma passagem aérea.” (HALL, 2003:81)

No caso dos deslocamentos forçados, as últimas duas décadas têm sido de grandes mudanças significativas na magnitude, no alcance e na complexidade das questões globais acerca dos refugiados. Durante esse período, milhões de pessoas têm sido obrigadas a abandonar seus países em virtude de terror político, conflito armado e violência social, bem como de catástrofes atmosféricas. Essa categoria, a dos refugiados, encaixa-se no terceiro tipo de migração sistematizado por Canclini (2007):

“Destacam-se atualmente três sistemas migratórios: a migração de instalação definitiva ou de povoação, a migração temporária por motivos de trabalho e a migração de instalação variável, intermediária entre as duas anteriores. São as duas últimas as que cresceram nas décadas recentes. (...) Diferentemente das migrações definitivas ligadas a políticas de povoação, como as que no passado aconteceram na Argentina, na Austrália, no Canadá e nos Estados Unidos, entre

*outros países, nos últimos anos, mesmo nessas nações, os vistos de residência são provisórios e discriminam segundo a nacionalidade e as necessidades do país receptor.*³¹

Segundo dados do relatório “Tendências Globais 2007”³² divulgados pelo ACNUR em junho passado, houve um aumento substancial do número de refugiados fora dos seus países de origem. Com base em 150 países, verificou-se um aumento de 9,9 milhões para 11,4 milhões de refugiados dentre 2006 e 2007.

A configuração do mapa de refugiados sob a proteção do ACNUR é o seguinte: 3 milhões de afegãos, 2 milhões de iraquianos, 552 mil colombianos, 523 mil sudaneses e 457 mil somalis. Os principais países de refúgio são Paquistão, Síria, Alemanha e Jordânia.

O relatório revela que 647 mil solicitações individuais de refúgio foram apresentadas a governos ou ao próprio ACNUR em 2007, em 154 países – o que representa um aumento de 5% e o primeiro crescimento em quatro anos. Esse crescimento pode ser atribuído principalmente ao grande número de iraquianos que buscam refúgio na Europa. Os países que mais receberam solicitantes de refúgio foram Estados Unidos, África do Sul, Suécia, França, Reino Unido, Canadá e Grécia. O relatório expressa preocupação com as amplas variações nas taxas de reconhecimento entre os países de refúgio, uma vez que a maioria dos refugiados continuam em suas regiões de origem e não em países industrializados.

Mas há uma visível tendência de “afunilamento” do número de concessões de refúgio nos países desenvolvidos que vem se confirmando na última década e, principalmente, depois dos atentados em 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos atribuídos a radicais islâmicos. Esses atentados configuraram um marco no processo de reconhecimento e aceitação de refugiados em vários países ocidentais principalmente, pelo que ficou cunhado como “questão de segurança interna” (HOLLIFIELD, 1992).

³¹ CANCLINI, Nestor. *A Globalização Imaginada. ... pag. 72*

³² <http://www.unhcr.org/statistics/STATISTICS/4852366f2.pdf>. Página visitada em 26/11/2008

Ainda segundo dados do relatório, em 2007, 73 mil refugiados foram aceitos em 14 países de reassentamento, incluindo Estados Unidos (48 mil), Canadá (11,2 mil), Austrália (9,6 mil), Suécia (1,8 mil), Noruega (1.100) e Nova Zelândia (740). Por nacionalidade, os principais beneficiados dos programas de reassentamentos foram refugiados de Mianmar, Burundi, Somália, Iraque, República Democrática do Congo e Afeganistão.

Com relação às pessoas consideradas apátridas, houve uma redução em cerca de 3 milhões. Essa queda, segundo o ACNUR, pode ser atribuída principalmente à nova legislação do Nepal que garantiu cidadania a aproximadamente 2,6 milhões de pessoas, assim como pelas mudanças em Bangladesh. Entretanto, estima-se que existam atualmente cerca de 12 milhões de apátridas no mundo.

É nesse complexo sistema de imigração internacional com suas múltiplas variações que o Brasil tem procurado se inserir com uma maior proeminência, como é o caso dos reassentamentos urbanos realizados nos últimos anos.